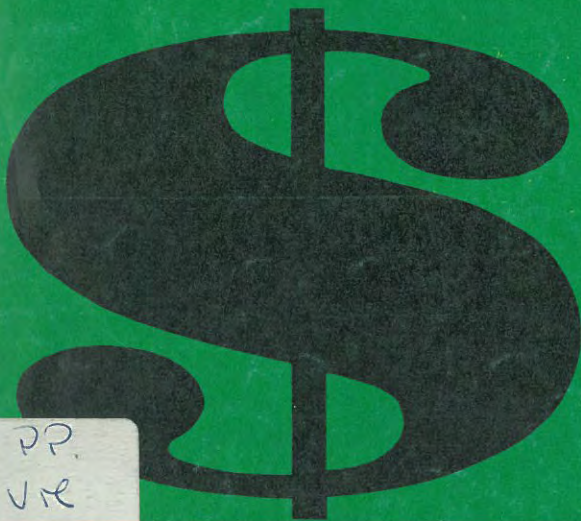


PORTUGAL

**DEPENDE
DE
QUEM?**



PP.
VIR



POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00



PORTUGAL DEPENDE DE QUEM?

Existe o sentimento generalizado de que Portugal é um "país dependente", económica e politicamente. Já para não dizer, também, culturalmente. Mas não se duvide que, se se perguntar a um cidadão comum em que fundamenta ele esse sentimento, se obterá, salvo casos excepcionais, uma de duas respostas: tratando-se de um indivíduo pouco politizado, ouviremos evasivas, frases soltas, pouco conexas, enfim, uma impossibilidade de exprimir com alguma precisão as vias e formas por que se processa essa dependência; se, pelo contrário, damos com alguém fortemente politizado, leitor de jornais, frequentador de comícios, militante convicto até, ouviremos sobretudo um discurso sobre investimentos estrangeiros, imperialismo, americanos, multinacionais, etc., isto é, uma série de estereótipos ligados de modo mais ou menos lógico, mas que, nem por eventualmente corresponderem a uma síntese teórica minimamente correcta escondem menos um efectivo desconhecimento dos factos e da sua articulação. A expressão "independência nacional" toma, assim, geralmente, um ar de piedoso voto quando, para constituir um autêntico objectivo político, haveria de ver bem claro onde e como é que ela "hoje" se encontra posta em xeque, para daí deduzir adequadas formas de acção.

Haverá ainda quem, pragmaticamente, pense que um país da nossa dimensão e desenvolvimento terá sempre de, mais ou menos directamente, depender (em última análise) de uma "grande potência" e que, portanto, não é a questão da dependência que se põe, mas a de escolher (se escolha nos for permitida) entre esta ou aquela potência "protectora". Pretende-se assim traduzir a ideia, em si correcta, de que a dependência — como a informação — não pode ser politicamente neutra. Ora tal ideia não impede, até por haver sempre a opção (política) de não-alinhamento, que possam existir vias tendentes a reduzir o grau de

dependência global, bem como a própria polarização dessa dependência.

Por tudo isto parece de alguma utilidade documentar, ainda que sumariamente, vários aspectos fundamentais em que tal dependência com mais clareza se manifesta.

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA



Torna-se difícil, em muitos casos, compartimentar ou catalogar as formas de dependência. Se fazemos essa separação é para melhor identificar as grandes vias do domínio externo a que estamos submetidos

e para facilitar a exposição dos factos. Assim, por exemplo, para introduzir a questão da dependência tecnológica, vamos apresentar duas situações concretas, sendo certo que a segunda, aparentemente muito menos importante, remete para problemas que vão bastante para além dessa simples forma de dependência. São elas:

Uma unidade industrial, para determinado fabrico, adquiriu uma máquina, bastante complexa, coberta por uma "licença de processo". Pela natureza mesma daquele fabrico, a máquina compreende numerosas peças de desgaste e certos órgãos muito sensíveis que pode ser

necessário substituir-se com imprevisível frequência (umas e outros só adquiríveis ao licenciante/fornecedor estrangeiro). Dada a contínua evolução, o detentor da tecnologia modifica, também com imprevisível frequência, a concepção de alguns órgãos essenciais da máquina, obrigando o utilizador a uma periódica renovação/inutilização de "stocks" dessas peças. A dependência em relação ao licenciante é, neste caso, praticamente total.

Outra grande unidade industrial esteve há tempos em risco de parar temporariamente a sua laboração, porque a Inglaterra decidiu suspender a exportação de... cintas de aço. Com efeito, o produto em questão é embalado para expedição em "feixes" apertados por tais cintas, sendo esse aperto efectuado por máquinas inglesas que trabalham exclusivamente com "esse" tipo de cintas. O problema só se resolveu porque, por razões desconhecidas, a Inglaterra voltou a autorizar, a tempo, essa exportação. Escusado dizer que, no total das nossas importações, o valor destas cintas para embalagem é absolutamente insignificante.

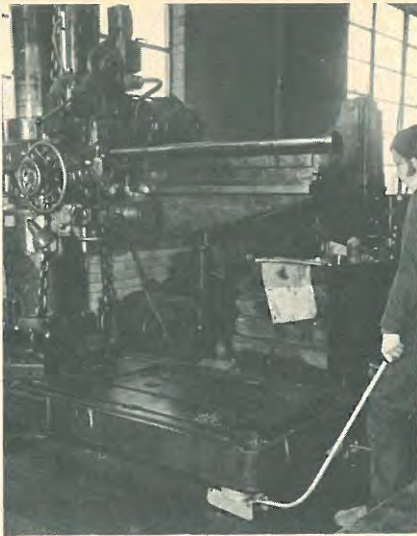
É claro que, neste último caso, ao contrário do primeiro, surge imediatamente a questão: porque não se fabricam em Portugal as ditas cintas? Será algo que



COM O AUMENTO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E DE NUMEROSAS OUTRAS MATÉRIAS-PRIMAS, CALCULOU-SE JÁ EM CERCA DE 40 MILHÕES DE CONTOS O DÉFICE COMERCIAL PORTUGUÊS NO ANO CORRENTE

"tecnologicamente" nos é inacessível? Põem-se, de facto, aqui problemas de fundo, para além da tecnologia, que deixaremos para comentar mais adiante, ao tratar da dependência comercial.

O primeiro caso é apenas um exemplo de uma situação geral que se pode resumir da seguinte maneira: para a grande maioria das indústrias existentes, ou que se pretendam vir a instalar, a tecnologia (o "know-how") foi, ou terá de ser, adquirida no estrangeiro. Por que vias? Se se trata de uma indústria



FOI PRECISAMENTE À CUSTA DE BAIXOS SALÁRIOS QUE SE VIROU A INDÚSTRIA PORTUGUESA PARA UMA EXPORTAÇÃO A QUE AGORA SE IMPUTA O TER DE MANTER... BAIXOS SALÁRIOS

"de série", cuja produção se efectua pela passagem da matéria-prima através de um conjunto de máquinas "standard" (ex.: têxteis, conservas alimentares, aglomerados de madeira, moagens, massas alimentícias, artigos de plástico, etc.), é normalmente o fabricante das máquinas quem, por via desse fornecimento, cede a tecnologia. A condução deste tipo de fábricas dispensa em geral qualquer assistência estrangeira, embora, em certos casos, se fique dependente do fornecimento de determinados produtos ou informações (por ex. "fórmulas de mistura"). Mas, como sucedia no primeiro exemplo, a dependência em relação ao fabricante é praticamente total no que se refere às "peças de substituição", indispensáveis à conservação da unidade. Exactamente como, sem se darem conta, os automobilistas que adquiriram um carro de determinada marca estão na completa dependência, para o manterem em estado de utilização, do fornecimento de acessórios, fornecimento esse que, aliás, constitui uma substancial parcela do negócio do fabricante (bem como do seu agente em Portugal).

Mas o problema agrava-se quando abordamos as chamadas indústrias "de processo", sobretudo as dos sectores básicos da química, petróleos, metalurgia, etc. O fabrico destes produtos de base, envolvendo em geral reacções complexas, que exigem condições muito precisas de pressão, temperatura, etc., é efectuado segundo "processos" desenvolvidos através de prolongada e aprofundada investigação laboratorial e industrial. Para cada produto existem no mundo apenas uma meia dúzia

de "detentores de processo", quase sempre grandes firmas internacionais, que os exploram directamente ou cedem a licença a grandes empresas de "engineering". São indústrias com enormes "economias de escala" (isto é, em que as grandes capacidades conduzem a consideráveis reduções no custo do produto) e que, por isso mesmo, implicam a mobilização de grandes volumes de capital e, em países pouco desenvolvidos, têm com frequência que se basear na exportação. Então, embora com origem na tecnologia, verifica-se, nestes casos, geralmente, uma múltipla dependência:

— no capital: o detentor do processo associa-se ao investidor nacional, proporciona-lhe o acesso ao crédito internacional, etc.

— na montagem/conservação: os desenhos de montagem (dirigida por técnicos estrangeiros) e de execução dos equipamentos muitas vezes não são fornecidos, sendo necessário chamar de urgência "especialistas" estrangeiros para resolver problemas graves de conservação. Quanto a peças de reserva, o problema é idêntico ao do caso inicialmente descrito.

— na exploração: permanência ou vinda periódica de técnicos estrangeiros; aquisição



PERMANECENDO NO QUADRO DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL, O PROBLEMA DA DEPENDÊNCIA NÃO TEM, EM DEFINITIVO, SOLUÇÃO

obrigatória de certos produtos "secrets" (catalisadores, por exemplo).

— na comercialização: a participação no capital está com frequência associada à garantia de escoamento no exterior da parte da produção a exportar.

É, obviamente, através de indústrias deste tipo, aquelas em que é mais forte a acumulação de capital, que se processa a interligação entre os principais grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, no campo industrial. De resto, a situação de

dependência em que os primeiros se encontram em nada os impede de terem, por sua vez, uma posição dominante à escala nacional, o que lhes permite repercutir sobre os trabalhadores/consumidores os principais inconvenientes dessa dependência.

DEPENDÊNCIA COMERCIAL

Chamamos assim, para simplificar, à dependência que se verifica pelo facto de existirem, e se intensificarem, as relações de importação e exportação. Da mesma forma que, na nossa vida quotidiana, estamos "dependentes" de quem nos venda tudo o que necessitamos (alimentação, vestuário, etc.) e de quem nos compre o nosso "produto", ou seja, a nossa força de trabalho (uma empresa, um patrão). No caso do comércio externo nacional, surge ainda um terceiro problema: dado que Portugal necessita de adquirir no estrangeiro muito



AS IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS ALIMENTARES EXCEDERAM AS EXPORTAÇÕES EM 4 MILHÕES DE CONTOS

aproximar-se dos 60 por cento (Estados Unidos: menos de 10 por cento).

Das importações de 1973, mais de 10 milhões de contos correspondiam a produtos alimentares de base (carne, cereais, oleaginosas, açúcar, bacalhau, etc.); mais de 10 milhões de contos, a matérias-primas industriais (petróleo bruto, algodão em rama, sisal, minérios, etc.); mais de 25 milhões de contos, a máquinas e bens de equipamento.

Nos últimos anos, apenas 4 países (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Federal e Suécia) adquiriram cerca de 55 por cento das nossas exportações, e também 4 países (Alemanha Federal, Inglaterra, Estados Unidos e França) nos forneceram cerca de 50 por cento das nossas importações.

Em 1974, com o fortíssimo aumento dos preços do petróleo e de numerosas outras matérias-primas (bem como devido à retracção "política" dos mercados importadores — esta, por hipótese, apenas temporária), é de esperar um substancial agravamento do défice comercial acima referido. O Gabinete de Estudos do B.P.A. estima-o em cerca de 40 milhões de contos.

Os números que se acabam de referir, sem mais comentários, já dariam, só por si, uma ideia da medida em que Portugal está dependente do exterior pela via das trocas comerciais. Mas convirá ir um pouco mais longe e acentuar certos aspectos.

Em primeiro lugar, a dependência externa no que toca a produtos alimentares é sublinhada não só pelo volume de importações indicado mas também pelo facto de se ter vindo a agravar, a partir de 1970, o défice da "balança alimentar": enquanto até aí exportávamos e importávamos um valor sensivelmente idêntico de produtos alimentares, em 1973

já as importações excederam em 4 milhões de contos as exportações. Tem sido crescente a incapacidade dos sectores agrícola, pecuário e das pescas para garantir a subsistência dos portugueses. De notar ainda que uma parte importante daquelas importações estavam "asseguradas" através do mecanismo colonial (milho, açúcar, oleaginosas, etc.), geralmente a preços muito favoráveis, o que, naturalmente, a muito breve prazo cessará.

Em segundo lugar, interessa referir a incidência desta questão nos níveis salariais dos trabalhadores portugueses. Enquanto na fase inicial da "industrialização" portuguesa, com o País razoavelmente isolado, a política de substituição de importações funcionou com baixíssimos salários, permitindo uma acelerada acumulação de capital, a "abertura" dos anos mais recentes, com forte impulso à exportação, impôs, dado o subdimensionamento da maioria das unidades industriais e as deficiências de organização e gestão, a "contenção" salarial, de forma a minimamente poderem competir nos mercados externos. Daí a dizer-se que fortes aumentos salariais levarão a falências, desemprego, redução drástica das exportações, aumento concomitante de dependência externa vai um passo, demasiado fácil. Escamoteia-se assim que foi precisamente à custa de baixos salários que se virou a indústria portuguesa para uma exportação, a que agora se imputa o ter de manter... baixos salários. Ora, com círculos viciosos destes, cremos que nunca se explicou o que quer que fosse.

Em terceiro lugar, uma breve referência ao problema da importação de inflação pela via do comércio externo. Um simples cálculo leva-nos a concluir que o volume de exportações portuguesas de 1973, vendidas ao preço médio de 1972, teriam rendido a Portugal menos cerca de 8 milhões de contos. Pelo seu lado, as importações



DAS IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS DE 1973, MAIS DE 10 MILHÕES DE CONTOS CORRESPONDIAM A PRODUTOS ALIMENTARES DE BASE

mais produtos do que aqueles que tem para vender, é-lhe indispensável dispor dos "meios de pagamento" para financiar essa diferença. Deixaremos esta questão para o tratamento da "dependência financeira".

Alguns números são suficientes para situar esta forma de dependência:

Em 1973, Portugal importou 73 milhões de contos de mercadorias, exportou 45 milhões de contos (1). Dez anos antes, em 1963, esses números foram, respectivamente, de 19 e 12 milhões de contos — o que, mesmo tendo em conta a inflação, representa uma diferença espectacular. Em termos do indicador clássico de importância do comércio externo na economia de um país que é a relação entre a soma importações exportações e o respectivo produto nacional, temos: para 1963 — 37 por cento; para 1973 deve



EM 1973, PORTUGAL IMPORTOU MATÉRIAS-PRIMAS INDUSTRIAIS NUM VALOR SUPERIOR A 10 MILHÕES DE CONTOS

realizadas, também ao preço médio de 1972, ter-nos-iam custado igualmente menos cerca dos mesmos 8 milhões de contos. Dir-se-ia então que a "balança inflacionista" estaria equilibrada. É falso. De facto, "ficou" entre nós a inflação contida nos produtos alimentares, nos bens de consumo, nas matérias-primas para indústrias destinadas ao mercado interno. Em todos esses casos se poderá admitir que os aumentos dos preços dos bens importados passaram, directa ou indirectamente, ao consumidor português. O que não impede que os exportadores, pela sua parte, não tenham dado também o seu contributo para a inflação dos países importadores. Numa situação como a actual, o que se passa é que os vários países capitalistas "alimentam" a inflação uns nos outros.

Por fim, um aspecto que se liga com o ponto anterior, a dependência tecnológica, e que é ilustrado pelo segundo exemplo aí apresentado. Como se viu, há importações que, ou por se tratar de matérias-primas de que não dispomos, ou pela soma de conhecimentos tecnológicos que supõem, se podem, a prazo, considerar inevitáveis (apenas sendo possível eventualmente reduzir as numerosas formas de dependência que, como se viu, a esta última frequentemente estão associadas). Mas outras há para as quais se torna difícil admitir a mesma inevitabilidade. Porque não evitá-las? A resposta é simples: um investidor capitalista só se lança num determinado fabrico se julgar assegurada uma aceitável taxa de lucro. O que em Portugal se consome de cintas de aço para embalagem não chega, provavelmente, para que alguém pense em fabricá-las, ainda que, de um ponto de vista tecnológico, não se pusessem problemas de maior. E o mesmo em relação a numerosíssimos produtos que, na totalidade, representam muitos milhões de contos de importações.

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA



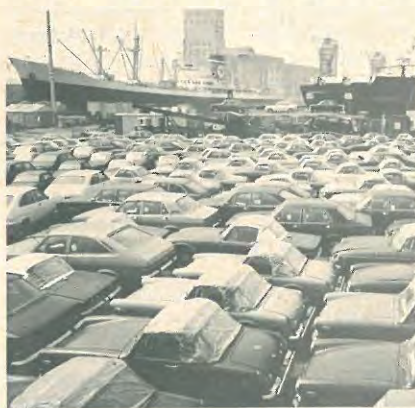
Não nos alongaremos demasiado sobre este ponto, por ser aquele que, de uma forma geral, mais tem atraído as atenções dos que com estas questões se ocupam. A dependência portuguesa neste campo releva, grosseiramente, duas ordens de necessidades, parcialmente sobrepostas: financiamento do investimento e financiamento das compras ao exterior (a sobreposição dá-se, obviamente, nas importações de "bens de equipamento"). A entrada em Portugal de meios monetários e financeiros estrangeiros efectua-se por diversas vias, sendo as seguintes as mais importantes: operações de capital do sector privado (investimentos estrangeiros directos, créditos à compra de mercadorias, empréstimos financeiros), operações de



FORMAS ARCAICAS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

capital do sector público (dívida externa), transferências privadas (sobretudo as remessas de emigrantes), despesas dos turistas estrangeiros em Portugal. Vejamos então algumas informações básicas:

No que respeita às operações do sector privado a médio e longo prazo, verifica-se que subiram aceleradamente ao longo dos anos 60 (v. gráfico). Em 69, as entradas de capitais tiveram uma descida brusca,



COMO OS AUTOMOBOLISTAS QUE ADQUIRIRAM UM CARRO DE DETERMINADA MARCA ESTÃO NA COMPLETA DEPENDÊNCIA, PARA O MANTEREM EM ESTADO DE UTILIZAÇÃO, DO FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS...

retomando um forte crescimento até 73, com nova queda, agora menos acentuada. Não se pode deixar de ser tentado a relacionar aquelas duas descidas, respectivamente, com o primeiro ano de governo marcelista e consequente expectativa dos investidores (ainda por cima agravada com a suposta "agitação eleitoral"), e com o ano de degradação político-económica que foi 73. Note-se que,

a ser correcta tal hipótese, terão sido os capitalistas portugueses os mais assustados, pois as quedas deram-se nos créditos e empréstimos, continuando a subir regularmente os investimentos directos estrangeiros. Estes, que lentamente haviam subido dos 10 por cento (em 67) aos 21 por cento (em 71 e 72) do total de capitais entrados, passaram em 73 a 37 por cento (atingindo os 2,5 milhões de contos; apenas, de resto, cerca de 5 por cento do investimento total em capital fixo no País). Mas o que de mais significativo indica o gráfico é que em 1973, pela primeira vez, "as saídas de capitais excederam as entradas". E, mostram os números do Banco de Portugal, isso deve-se à subida em flecha dos "reembolsos e amortizações" dos créditos e empréstimos. É o famoso fenómeno de inversão que os latino-americanos tão bem conhecem, e que consubstancia a mistificação dos "auxílios financeiros".

Em 1971, cerca de 50 por cento dos investimentos directos estrangeiros provinham de três países: pela ordem, Estados Unidos, Alemanha Federal e Inglaterra; em 1973 esses mesmos países já representavam perto de 60 por cento, tendo a Alemanha Federal passado, destacada, à primeira posição. Não dispomos de elementos quanto aos créditos e empréstimos, mas cremos não errar atribuindo a esses países, juntamente com a França, uma larga primazia: de facto, tratando-se em boa parte de créditos ligados a mercadorias, é natural que a sua origem se situe nos países nossos principais fornecedores. Note-se, de passagem, que os países citados, com o Japão, são os "centros" da grande maioria das firmas multinacionais, que são, por sua vez, os principais "agentes" do domínio tecnológico, financeiro, comercial e, em última análise, político.

Quanto ao sector público, os movimentos de capitais situam-se a níveis inferiores, mas é de notar que já desde 1970 se deu a "inversão": as operações de capital do sector público são deficitárias desde esse ano. O montante total da dívida externa tem andado regularmente em torno dos 25 por cento da dívida pública total, sendo actualmente da ordem dos 11 milhões de contos.

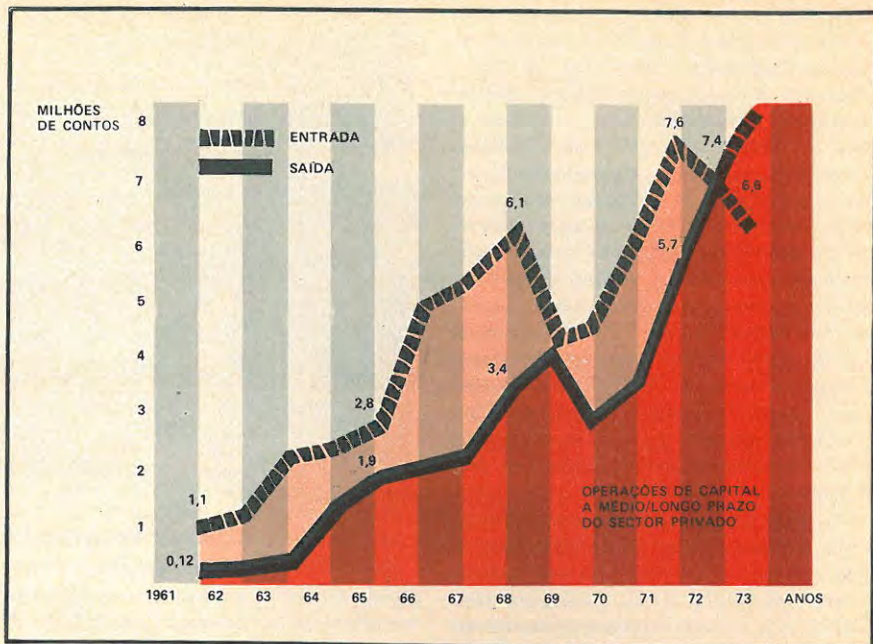
As principais fontes de financiamento do défice comercial têm sido, desde há alguns anos, as remessas de emigrantes e o saldo do turismo. Em 1973 atingiram, respectivamente, os valores de 26,5 e 6,9 milhões de contos. Dez anos atrás, em 63, esses números eram de 2,4 e 1,2 milhões de contos; em 68 já subiam a 7,9 e 3,9 milhões de contos.

Não parecem necessários muitos comentários. Apenas acentuar o facto de que, tal como a balança comercial, também a balança de capitais deverá certamente ver agravado o seu défice em 1974. Quanto ao futuro, não se torna fácil a previsão:



TEM SIDO CRESCENTE A INCAPACIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA, PECUÁRIO E DAS PESCAS PARA GARANTIR A SUBSISTÊNCIA DOS PORTUGUESES

depende simultaneamente da situação política entre nós, do evoluir da "crise" capitalista a nível mundial, da atitude que, em relação a Portugal, tomem os países árabes, etc. Na melhor das hipóteses, poderemos diversificar os "pólos" da nossa dependência financeira. Também da evolução daquela "crise" dependerão as vindas de turistas e as remessas de emigrantes, estas igualmente função, em boa medida, dos acontecimentos políticos em Portugal (isto por diversos mecanismos, mais ou menos directos). Uma coisa se afigura segura: estas duas últimas fontes dificilmente voltarão a chegar para cobrir, por si só, o défice comercial, como vinha acontecendo. Sendo certo que as reservas de ouro e divisas são ainda suficientemente confortáveis para não causar a médio prazo quaisquer problemas de pagamentos externos, não é, contudo, ocioso sublinhar



até que ponto Portugal "depende" hoje dos seus emigrantes e, em menor escala, dos prósperos (até aqui) europeus que por cá vêm passar férias. E tudo isto tem, quer queiramos quer não, inevitáveis repercussões políticas.

A multiplicação de viagens de responsáveis governamentais, por um lado aos Estados Unidos e aos principais países europeus, por outro às mais importantes colónias de emigrantes e, mais recentemente, aos países árabes, não poderão ser completamente entendidas sem ter presentes os números e considerações que vimos apresentando. Bem como, naturalmente, as numerosas missões aos países do Leste europeu.

DEPENDÊNCIA POLÍTICA E "CIVILIZACIONAL"

Embora nos interessasse sobretudo documentar as formas de dependência económica, não podemos deixar de aflorar, à guisa de parêntesis, dois aspectos que, embora com ela intimamente ligados, se nos apresentam a níveis distintos do imediatamente económico.

O primeiro é o nível político, a que muitos com mais propriedade gostam de chamar geopolítico. Portugal encontra-se no "espaço político e geográfico capitalista", tacitamente delimitado do "espaço político e geográfico socialista". Dentro de cada um deles a integração cada vez mais forte (e não só a económica e financeira) tem sido a regra, e não têm sido dadas a escolher as dependências ou independências que os respectivos povos se lembrem de preferir. Tudo se passa, de facto, de acordo com equilíbrios cuidadosamente mantidos "a alto nível", o que se torna particularmente

evidente em zonas cuja partilha ainda não foi em definitivo fixada: doseiam-se as armas a fornecer a árabes e israelitas, equilibra-se a influência soviética na Índia com trigo americano (sem o qual morreriam anualmente de fome ainda mais indianos), e por aí adiante. Esta é, de todas, a dependência mais inquietante, aquela que mais drásticas restrições impõe à



MAIS DE 25 MILHÕES DE CONTOS NA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E BENS DE EQUIPAMENTO NO ANO TRANSACTO

"autodeterminação" dos portugueses. É também aquela que mais agudamente sublinha a "interdependência" entre as "lutas de libertação" dos trabalhadores de todos os países e, no que mais directamente nos toca, dos trabalhadores dos países capitalistas europeus. Por isso mesmo lhes não pode ser indiferente o que, no campo político, venha a suceder nos tempos mais próximos em Espanha, na Itália ou em França.

O outro nível, a que chamamos "civilizacional", é o que diz respeito à "escala de valores" que modela a nossa vida quotidiana. Uma série de comportamentos-tipo, a naturalidade com que aceitamos certas formas de relação com os outros, fazem parte do "universo capitalista" em que nos movemos — universo competitivo, agressivo, "mecanizado", falsamente moralizante, em que "tudo" é mercadoria, "tudo" se reduz a valores de troca. Os que vejam estes atributos igualmente no chamado "mundo socialista" não estarão mais do que a reconhecer até que ponto a ideologia burguesa af terá afinal também acabado por triunfar — tema que obviamente ultrapassa os objectivos deste texto. Apenas quisemos, muito brevemente, referir em que medida estamos dependentes, e não só materialmente, de uma certa "civilização", da qual só uma autêntica "revolução cultural" nos poderá vir a libertar. Basta pensarmos um momento em como nos é difícil imaginar uma cidade sem automóveis e, mais ainda, o que isso implicaria nos mais variados planos da vida económica e social. Tal "revolução" não será seguramente a mais fácil, nem sequer poderá ser a primeira a fazer-se.



O panorama traçado da dependência portuguesa pode, aos mais sensíveis ou desprevenidos, parecer pouco menos que aterrador. Dir-se-ia estarmos enleados numa teia e que só nos resta enlearmo-nos cada vez mais, enquanto vamos sonhando com as inacessíveis delícias de uma ilha nos mares do Sul. Mas isso seria aceitar que o conhecimento da realidade é desmobilizador, comodidade a que não poucos cedem. Ora, pelo contrário, esse conhecimento é indispensável se pretendermos encetar um processo de modificação dessa mesma realidade. Tem mesmo de ser esse o nosso ponto de partida.

UM SISTEMA DE "DEPENDÊNCIAS EM CASCATA" DE QUE OS TRABALHADORES SÃO AS VÍTIMAS

Há elementos, nas condições da dependência externa portuguesa, que está fora do nosso alcance alterar, ou mesmo significativamente influenciar, como sejam as perspectivas de crise, ou de depressão económica, nos países capitalistas de que mais directamente estamos dependentes, ou a situação de inflação generalizada que neles simultaneamente se verifica — com as inevitáveis consequências na retracção desses mercados face às nossas exportações, na queda das remessas de emigrantes (que, em parte, poderão ficar desempregados, ou até regressar), na vinda de turistas, etc. Mas há, apesar de tudo, uma razoável margem de actuação que se traduz em duas grandes linhas de orientação, só aparentemente contraditórias:



UMA CERTA "CIVILIZAÇÃO" DA QUAL SÓ UMA AUTÊNTICA "REVOLUÇÃO CULTURAL" NOS PODERÁ VIR A LIBERTAR...

em particular, reduzir ao mínimo as "vias de estrangulamento".

Explicitemos. A primeira linha supõe uma ampla diversificação de mercados, de países fornecedores de mercadorias, tecnologias, capitais e turistas. Supõe também que, nessa diversificação, tenham um lugar tão importante quanto possível os países ditos não-alinhados, por óbvias razões. Por não menos óbvias razões é indispensável a famosa "abertura a Leste", mas convém não ter demasiadas ilusões sobre os seus efeitos na dependência política, pelo exposto acima.

Num primeiro tempo, a única possibilidade é uma diluição da dependência: tornar a dependência "extensiva", em lugar de "intensiva", como hoje.

Ou ainda: tender para uma interdependência, em substituição da actual dependência polarizada.

Num segundo tempo, mas a ser pensado desde já, uma completa exploração de "todos" os factores de "autonomização" que possam contribuir para uma segura atenuação da dependência, tendo em vista,

A segunda linha implica uma actuação interna, ao nível do conceito e processos de desenvolvimento, e só pode assentar num projecto político audacioso, impossível — diga-se desde já — sem que os trabalhadores, a todos os níveis, minimamente se reconheçam nele, e nele sejam parte activa.

CONCLUSÕES — QUE FAZER?

O que se acaba de descrever não é mais, em termos de informação, do que o sistema global de domínio dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, no campo capitalista. É, afinal, a fatia que nos cabe dessa dominação "imperialista". Vimos, aliás, em vários passos, serem os trabalhadores as vítimas últimas deste sistema de "dependências em cascata". O que significa, numa perspectiva antitética, que precisamente "deles" depende o sistema, globalmente, para funcionar.



PARA A GRANDE MAIORIA DAS INDÚSTRIAS EXISTENTES, OU QUE SE PRETENDAM VIR A INSTALAR EM PORTUGAL, A TECNOLOGIA FOI, OU TERÁ DE SER, ADQUIRIDA NO ESTRANGEIRO



À "AUTONOMIA ALIMENTAR" NÃO PODE SER CONSEGUIDA SEM PROFUNDAS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS

As grandes orientações subjacentes à esta linha de acção não poderiam deixar de ser: "Autonomia alimentar", exigindo um impulso decisivo aos sectores agrícola, pecuário e das pescas. E não se vê que isso possa ser feito sem profundas alterações estruturais.

"Reformulação radical da política industrial", centrada numa acelerada expansão e integração das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (objectivo: máxima autonomia na produção de bens de equipamento), no desenvolvimento de múltiplas indústrias de bens intermédios e de consumo (condição: inventariação exaustiva de recursos e necessidades), no controlo do Estado sobre as indústrias básicas e sobre as aquisições de tecnologias avançadas (objectivo: canalizar para o Estado a "gestão" das dependências tecnológicas e financeiras de maior importância) (2).

Dir-se-á que tudo isto consiste em regressar a um esquema de "substituição de importações", correntemente considerado ultrapassado. É mesmo natural que se fale de utopia ou de inviabilidade. Certo é que não há "filosofia" alternativa, se o objectivo for o de conquistar uma relativa margem de autonomia, inclusive política. Também a não há se se raciocinar em termos de "transição para o socialismo", a menos que por este se entenda uma pacata social-democracia ou uma simples mudança de "campo de dependência" (e haveria que ver a viabilidade de uma e outra). De facto, a aplicação da política subjacente àquelas

orientações implicaria saltar para fora do esquema do "só se fabrica o que é rentável", o que exigiria uma ampla intervenção do Estado, em particular no sentido de dar à selectividade dos seus apoios. Que isto entraria em conflito com a "integração europeia", sem dúvida que sim. É importante que se saiba que maior integração é igual a maior dependência.

Convém, de resto, salientar que, permanecendo no quadro do sistema capitalista mundial, o problema da dependência não tem, em definitivo, solução. Como o da concentração de capital.

JOÃO MARTINS PEREIRA

(1) - Todos os números que se indicaram relativos a 1973 foram extraídos do relatório do Banco de Portugal e são, de um modo geral, considerados "provisórios".

(2) - Um exemplo feliz que se poderá inserir numa estratégia deste tipo é a decisão de criação entre nós da indústria do açúcar de beterraba. Com efeito, Portugal adquirirá autonomia quanto à produção de açúcar, simultaneamente estimulando a agricultura, com melhor aproveitamento dos regadios, e a pecuária, a que a cultura da beterraba imprime, geralmente, um forte impulso.

LAMY é... algo mais



design
Marcador 526

design
Esferográfica 226

LAMY design
Caneta 26 p

LAMY não é só design moderno... ou técnica comprovada. Os instrumentos de escrita LAMY são algo mais: a síntese harmoniosa da forma e da função, do material e da técnica.

Por exemplo, a gama LAMY design. Canetas com aparo de aço coberto a platina com corpo de aço nobre acetinado. Esferográfica com carga gigante que escreve durante um ano. E marcador com recarga metálica substituível. O clip "de ponto" especial é comum aos 3 modelos.

LAMY design é diferente! - destina-se aos que sabem escolher.

LAMY a maneira mais avançada de escrever